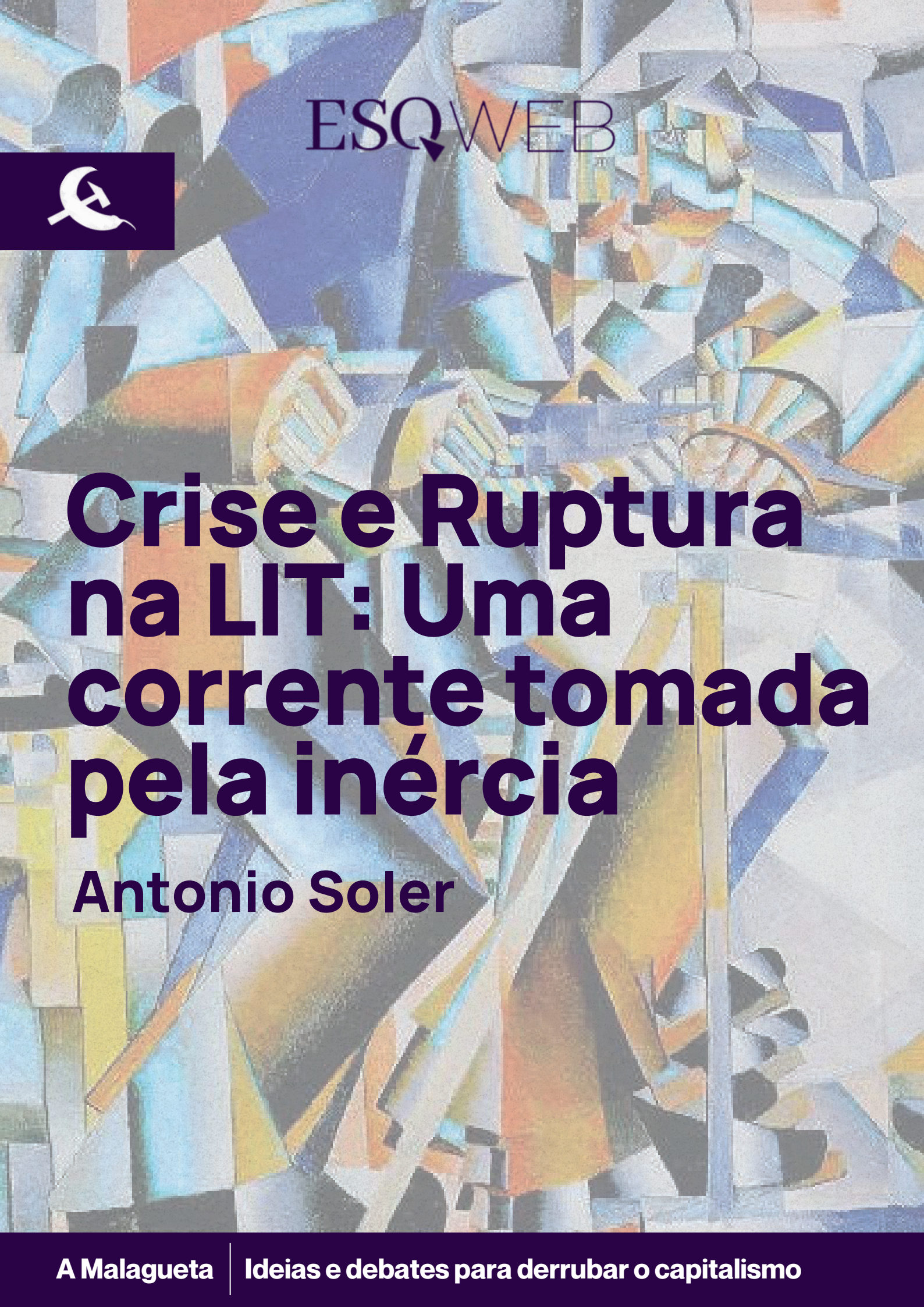




ESQWEB



Crise e Ruptura na LIT: Uma corrente tomada pela inércia

Antonio Soler

Índice

Introdução p.2

por Maria Cordeiro e Shin Shintate

Crise e Ruptura na LIT: Uma corrente consumida por inércia

Diante do solapamento total p.3

A concepção objetivista da revolução p.4

**Situações revolucionárias sem
subjetividade p.5**

A dialética da revolução socialista p.8

O papel insubstituível do sujeito p.10

**Uma hipótese teórica confirmada
parcialmente p.11**

Objetivismo e desvio etapista p.14

Em vez de atualização, fuga empirista p.16

LIT e FT: a teoria da “excepcionalidade” p.17

Atualização teórica e política p.18

Notas p.20

Referências p.24





Introdução

por Maria Cordeiro e Shin Shintate

O texto a seguir é uma elaboração de Antonio Soler, dirigente da Corrente Socialismo ou Barbárie Brasil, acerca do colapso político, teórico e estratégico experienciado pela Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) em seu XVI Congresso, em setembro de 2025.

A LIT é uma corrente internacional trotskista ligada à Quarta Internacional, da qual nós já fomos parte. Fundada em 1981 por Nahuel Moreno, tendo sua expressão máxima na figura do antigo e extinto MAS argentino, a corrente hoje é representado no Brasil pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) desde 1994, quando foi fundado por militantes da Convergência

Socialista (CS) e de outros grupos menores após uma ruptura com o Partido dos Trabalhadores (PT). A ruptura se deu após anos de disputa interna, durante os quais as lideranças nacionais do PT visaram proibir a manutenção de sede, finanças e jornal próprios por parte da CS, além de restringir as suas relações internacionais com outras correntes.

Desde então, o PSTU tornou-se um importante partido no setor da esquerda revolucionária brasileira, mas desde a década de 2010 vive uma série de rupturas como produto de uma inercial crise teórica, política e estratégica. Por consequência, cabe às novas gerações militantes tentar

compreender, em sua totalidade, o declínio deste partido, extraindo lições teóricas, estratégicas e políticas como parte da tarefa de relançamento do marxismo revolucionário para este século. (CI).

Por uma série de razões que o texto a seguir apresenta, caracterizamos a atuação do PSTU como dogmática, objetivista e economicista. Desde a sua fundação, o partido exibe uma leitura excessivamente esquemática dos escritos de Moreno, de forma a prejudicar tanto sua leitura da realidade brasileira e internacional, quanto a aplicação de sua política na luta de classes. Ademais, a visão objetivista do partido nega a importância dos aspectos subjetivos, como a existência de uma direção partidária revolucionária e a atividade auto-consciente das massas, no desenvolvimento de condições para uma eventual revolução socialista. Por consequência, as leituras da LIT cometem erros históricos, tais como a falta de diferenciação entre os processos anticapitalistas daqueles verdadeiramente socialistas. Ou que toda e qualquer mobilização de massas, independente de sua direção e programa, levaria, inevitavelmente, a uma revolução socialista. Para Moreno e para a LIT, a dinâmica da luta de classes é associada à ideia de um carro na ladeira, basta soltar o freio de mão que as massas tomarão para si o poder na construção de um semi-Estado operário de transição ao socialismo.

Tais dogmas na leitura do partido se mantiveram estáticos por três décadas desde a sua fundação, em uma aderência fixa na letra morta de Moreno frente à incapacidade de teorizar sobre as experiências do século passado - de compreendê-las a partir da dialética marxista -, bem como de um acúmulo crescente de novas experiências históricas concretas. Sob a lógica dessa tradição teórica objetivista é que residem os erros de caracterização e, portanto, de intervenção política dos companheiros na atualidade: por exemplo a desastrosa posição do "Fora Todos" em 2014 diante de uma ofensiva ultrarreacionária em nosso país.

Nesse sentido, o recente XVI congresso da LIT se tratou apenas de um esboço de tentativa de desenvolver novas leituras e uma nova síntese frente aos sucessivos erros e rupturas. Entretanto, este debate entre as suas frações internas resultou em uma implosão histórica, com a expulsão e saída de centenas de militantes aderentes a grupos minoritários.

Neste texto, Soler desenvolve as principais linhas de tensão teórico-estratégicas necessárias para compreender tanto o colapso da corrente quanto seus erros históricos, estabelecendo uma polêmica fraterna com a linha adotada no congresso pelos militantes da LIT. Em um momento crítico de crise nacional e internacional, marcado pela abertura de novas possibilidades para a esquerda revolucionária, cabe-nos promover um debate profundo no setor, capaz de produzir uma leitura crítica, rigorosa e consequente da realidade e das experiências acumuladas. Somente assim será possível orientar uma ação política à altura da tarefa histórica de transformar o mundo até suas últimas consequências.



Crise e Ruptura da LIT: Uma corrente consumida pela inércia

Parte I: O Beco sem saída das “revoluções socialistas objetivas”

por Antonio Soler

“O fatalismo nos fazia acreditar que o destino já estava escrito, que nenhum gesto, por mais pequeno que fosse, poderia mudar o curso do desastre que todos esperavam e ninguém evitou.” (Gabriel García Márquez, Crônica de uma morte anunciada)

A implosão da LIT no seu XVI Congresso não foi uma surpresa, mas resultado da sua decadência teórica, política e construtiva. Nos textos que analisamos a seguir, por ocasião da crise mais recente dessa corrente, vimos que ela mantém o mesmo esquema objetivista da sua fundação. Ou seja, dissolve o papel central que têm os sujeitos nos processos revolucionários, desconfigurando, assim, a teoria da revolução permanente e não reflete as

as experiências históricas do pós-guerra. O resultado dessa operação é uma armação teórica e programática que dificulta a interpretação concreta da realidade e, por consequência, a construção de uma linha política à altura dos desafios da atualidade. O presente texto será publicado em duas partes, a primeira, que apresentamos agora, procura apontar os fundamentos teóricos e, a segunda, as causas políticas e organizativas do colapso da LIT [1].

■ Diante do solapamento total

Em setembro de 2025, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) realizou em São Paulo o seu XVI Congresso. De um Congresso, há de se esperar que o resultado seja uma nova síntese, mas este se

converteu em um episódio de crise e autodestruição.

Logo no primeiro dia do Congresso, a direção majoritária aprovou, por 12 votos a 8, a expulsão da delegação da Fração pela Defesa e Reconstrução (FDR) – fração minoritária que desde 2020 questionava o rumo desta organização. Entre os expulsos estavam militantes históricos da LIT.

A seção da Costa Rica saiu em solidariedade à FDR; logo depois, setores dos grupos do Peru, Paraguai e Argentina fizeram o mesmo. A direção majoritária descreveu a medida como “depuração política necessária”, enquanto a FDR a denunciou como “crime político contra militantes revolucionários”.

Poucos dias depois, uma nova ruptura foi anunciada: a Tendência Operária pela Unidade Principista da Internacional (TOUPI) rompeu e fundou a Corriente Obrera Revolucionaria Internacional (CORI). A organização fragmentou-se, assim, em três blocos incapazes de elaborar sobre aquilo que os unia ou os separava.

Nenhum dos lados, porém, ofereceu qualquer explicação estratégica para a crise da LIT. Todos apresentaram a crise como um assunto moral e estatutário. Isso não é um detalhe menor, pelo contrário, reflete uma crise político-teórica profunda e abrangente (dos que ficaram e dos que saíram), bem como de boa parte das correntes que se reivindicam como tributárias do morenismo [2].

■ A concepção objetivista da revolução

O Congresso da LIT, com suas expulsões e posteriores afastamentos, não foi um acidente de percurso, um raio em céu aberto, mas o ponto culminante de um processo de decadência teórica, política e construtiva iniciado há décadas.

Essa organização, que surgiu com a ambição de ser parte importante da reconstrução da Quarta Internacional, fracassou estrategicamente, pois converteu-se numa corrente de viés dogmático. Somadas às

dificuldades objetivas da realidade, parte significativa da explicação desse processo degenerativo é a sua incapacidade de romper com o anacronismo teórico, político e organizativo após décadas de desenvolvimento.

Do ponto de vista teórico-político, a causa central da implosão da LIT passa pela ausência de uma leitura crítica da burocratização da Revolução Russa e da natureza das Revoluções do Pós-guerra, bem como do impacto delas sobre a teoria da revolução e da transição. A dificuldade de conceituar corretamente os novos fenômenos da luta de classes, somada a erros políticos e construtivos, teve repercussões profundas, o que redundou em uma longa lista de rupturas e expulsões.

Para diagnosticar essas inércias da LIT, um texto incontornável que tomamos conhecimento recentemente é o *“Sobre las situaciones de la lucha de clases en nivel nacional e internacional.”* Além de ser um documento que é reivindicado pelos dirigentes da fração majoritária, parece ser parte de uma elaboração coletiva. Esse texto, até então, não é criticado por nenhum dos setores que foi expulso ou que rompeu no último Congresso da LIT.

Este documento com o qual queremos debater se propõe, conforme confessa em sua introdução, a realizar revisões teóricas após décadas de inércia. Reconhece assim que “a última elaboração sobre as situações nacionais que tivemos foi o documento ‘Revoluciones del Siglo XX’, de Nahuel Moreno” [3]. Vejam que este último é um texto que tem mais de 40 anos de existência.

O balanço teórico e programático da LIT se dedica a rever categorias como “Revolução de Fevereiro”, “Revolução de Outubro”, “etapa” e “situação revolucionária”. Inicia a sua análise afirmando que é preciso uma revisão teórica porque essas categorias podem levar a equívocos significativos, uma vez que foi sobre a sua base “que Moreno sistematizou as situações da luta de classes de maneira distinta a Lênin e Trotsky” [4].

Uma primeira observação mais geral que fazemos em relação à tentativa da LIT de superação crítica, é que se resume a uma combinação de doutrinismo, esquematismo e empirismo.

Essa elaboração passa longe de procurar atualizar a teoria e o programa revolucionário porque desconsidera olímpicamente a imensa experiência revolucionária do século XX.

Nesse caminho, a LIT realiza uma “recuperação” de Lênin e Trotsky de viés a-histórico, uma vez que desconsidera toda a complexidade e combinação entre os fatores objetivos e subjetivos em que está inserido qualquer processo revolucionário.

Em seu “balanço” da teoria da revolução lemos que as revoluções *“podem ter como sujeito o proletariado, campesinato ou massas populares”* [5]. Essa frase é uma declaração aberta de objetivismo e de desconsideração total sobre a complexa natureza da revolução, particularmente da revolução socialista.

Ao desconhecer os sujeitos, como assustadoramente o faz, não dá conta das características específicas de cada tipo de revolução, desconsiderando a enorme diversidade das revoluções ocorridas ao longo do século XX: a Revolução Russa de 1917, as revoluções socialistas derrotadas das décadas de 20 e 30, as revoluções anti-capitalistas e as revoluções antiburocráticas do pós-guerra [6].

Trata-se de uma gama de processos que Trotsky e, principalmente, Lênin não puderam assistir ou prever em toda sua extensão. Assim, a LIT realiza uma classificação da categoria de revolução que é uma continuidade acrítica da concepção objetivista da revolução, precisamente a que afirma querer superar.

■ Situações revolucionárias sem subjetividade

O primeiro movimento de diferenciação com Moreno feito pela LIT é propor uma revisão sobre como caracterizar as *situações*

revolucionárias.

Ao criticar Moreno, a LIT “corrige” o seu mestre de forma extremamente reducionista, pois não distingue a natureza das revoluções, suas dinâmicas e perspectivas. Afirma que *“para Lênin e Trotsky as situações revolucionárias se definem por condições objetivas, sendo as condições subjetivas necessárias apenas para a vitória”* [7].

Essa conclusão é esquemática, unilateral e reducionista, pois podem eclodir processos revolucionários sem a classe operária e partidos revolucionários na sua cabeça, mas para que esses processos avancem para revoluções socialistas as condições subjetivas são fundamentais.

A LIT cita *“A bancarrota da Segunda Internacional”* (Lênin), *“Esquerdismo, doença infantil do comunismo”* (Lênin) e *“O que é uma situação revolucionária?”* (Trotsky) para dizer que as situações revolucionárias independem dos sujeitos. Logicamente que os fatores objetivos são condições necessárias para a revolução socialista, mas não são suficientes. A erupção das massas à vida política é condição necessária para abrir situações revolucionárias, mas estas apenas avançam para revoluções socialistas se os fatores subjetivos se desenvolverem nestes processos.

Trotsky admite a possibilidade de uma situação revolucionária sem partido revolucionário adequado. Porém, demonstra uma apreciação do desenvolvimento desigual e combinado entre as condições objetivas e as condições subjetivas, não uma cisão entre os elementos, como faz a LIT.

Para Trotsky, a crise na classe dominante pode se desenvolver de forma mais rápida do que o partido revolucionário, cenário que colocaria uma situação revolucionária sem um partido ainda a altura da situação, como aconteceu na Alemanha em 1923. Mas quando ele trata da revolução alemã, o que descreve é uma crise de direção revolucionária, não uma teorização reducionista da necessária subjetividade da

classe trabalhadora.

Em uma *situação revolucionária*, o partido pode se equivocar politicamente ou simplesmente não se desenvolver. Podemos também ter situações revolucionárias sem partidos revolucionários ou a classe operária organizada. Porém, sem estes elementos subjetivos não podemos avançar para revoluções socialistas.

Afirmar esquematicamente que as *situações revolucionárias* existem sem subjetividade da classe trabalhadora a) nega o núcleo central da teoria da revolução permanente (a combinação dialética entre realidade, tarefas e sujeitos) e b) não incorpora à teoria os novos fenômenos revolucionários ocorridos no pós-guerra.

Assim, apontar a necessidade das dimensões subjetivas na evolução das situações revolucionárias é fundamental. Não para negar as potencialidades de todo processo revolucionário, mas para intervir neles de forma que possamos contribuir para o seu desenvolvimento no sentido proletário e socialista.

A abertura de processos revolucionários é de imensa riqueza, pois a emergência política das massas coloca possibilidades inauditas para o desenvolvimento da subjetividade da classe operária. Porém, não existem garantias prévias em nenhum processo da luta de classes, muito menos nas situações revolucionárias. Desta forma, o desenvolvimento das condições subjetivas se torna ainda mais fundamental, podemos dizer dramáticas, quando surgem as condições objetivas para uma revolução.

Utilizar-se de formulações clássicas fora do contexto é uma das marcas do dogmatismo que não serve ao rearme teórico. Nos textos dos clássicos citados pela LIT ainda faltava a experiência histórica das revoluções anticapitalistas do pós-guerra. Estas foram fenômenos totalmente inesperados: revoluções anticapitalistas sem classe operária como protagonista e sem partido revolucionário como direção. Não podemos usar os clássicos como letra morta, ou seja, sem incorporar à teoria da revolução a

burocratização da revolução russa e as revoluções anticapitalistas do pós-guerra.

A dinâmica dos processos revolucionários não pode ser definida de antemão, depende da sua própria evolução. Porém, podemos afirmar categoricamente que sem as condições subjetivas os processos revolucionários não avançam para revoluções socialistas.

A operação argumentativa mecanicista que separa a categoria de situação revolucionária das condições subjetivas, portanto, de sua dinâmica concreta, conduz a um erro metodológico grave e a erros políticos de grande envergadura.

Um processo revolucionário é um fenômeno político e social que abre muitas possibilidades e no qual as condições subjetivas surgem de maneira desigual em relação às condições objetivas. Mas estas estão ligadas de maneira combinada ao processo revolucionário como um todo, à sua natureza, dinâmica e possibilidades. Assim, é reducionista separar mecanicamente os elementos objetivos e subjetivos. Essa operação leva a tomadas extremamente impressionistas da realidade, o que pode gerar políticas desastrosas, como tem ocorrido com a LIT.

Afirmar que Trotsky teria "*confirmado categoricamente que existem situações revolucionárias sem partidos revolucionários*" [8] vai no sentido oposto ao que ele afirmava e é anacrônico. O que o dirigente da Revolução Russa demonstrou foi o desenvolvimento desigual e combinado entre os fatores objetivos e subjetivos em toda situação política. Não existem revoluções sem direção, como afirma a LIT, mas essas direções podem ser oportunistas ou centristas – o que pode comprometer a dinâmica do processo revolucionário se essa direção não for superada.

Para Trotsky, os elementos subjetivos – aos objetivos – estão no centro da situação revolucionária. Em Aonde vai a França?, afirma que "*o partido do proletariado é o fator político mais importante para se formar uma situação revolucionária*". Na mesma

obra, diz que “o pensamento marxista é dialético: considera todos os fenômenos em seu desenvolvimento, em sua passagem de um estado a outro (...) A oposição absoluta entre uma situação revolucionária e uma situação não-revolucionária é um exemplo clássico do pensamento metafísico, segundo a fórmula: o que existe, existe; o que não existe, não existe, e o resto é coisa de feitiçaria.”. Para concluir, diz que na fase imperialista do capitalismo o que predomina “são as situações intermediárias, transitórias, entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária, entre uma situação pré-revolucionária e uma situação revolucionária”.

A apreciação da LIT sobre a concepção de revolução de Trotsky é anacrônica. Em meio à fase imperialista, ele tinha em mente um processo revolucionário eminentemente socialista. Mas, precisamos incorporar às nossas sínteses que a realidade da revolução do pós-guerra foi bastante diferente do esperado, pois ocorreram revoluções anticapitalistas sem a classe operária e partidos revolucionários. Ou seja, revoluções que deram lugar a Estados burocráticos, mas não a Estados operários e à transição ao socialismo.

Estes processos revolucionários distintos da revolução socialista ocorreram há mais de 70 anos, mas a direção da LIT não conseguiu ainda incorporar essa realidade à sua concepção de revolução. Contrariando lições clássicas e a própria realidade factual, a LIT desconsidera que toda situação revolucionária se conforma a partir da combinação de elementos objetivos e subjetivos desigualmente formados.

Dessa forma, não supera o objetivismo de Moreno quando trata da categoria de situação revolucionária, pois ignora toda a gama de situações intermediárias prévias; bem como que, considerando um enorme campo de possibilidades, cada situação concreta tende a produzir processos de natureza diferentes.

O erro de Moreno não foi apenas colocar esquematicamente como condição para a abertura de uma *situação revolucionária* o

elemento subjetivo da direção revolucionária, mas também considerar que *direções não-revolucionárias* pudessem estar à frente de *revoluções socialistas*, quando essas situações e revoluções tiveram outro caráter. Se a teoria da revolução permanente de Trotsky não pôde prever as revoluções anticapitalista ocorridas no pós-guerra, esta acertou em cheio em considerar que as revoluções socialistas não podem ocorrer sem classe operária e partidos revolucionários, o que foi mais de “mil vezes” comprovado durante o século XX.

Ao querer superar o objetivismo de forma não-dialética, a LIT constrói uma espécie de “teoria das situações revolucionárias socialistas objetivas”. A dialética marxista é inimiga de todo reducionismo, mecanicismo e esquematismo, pois procura captar a totalidade dos processos, suas tendências e contratendências para caracterizar a sua natureza, contradições e dinâmica e possa, assim, atuar de forma revolucionária.

A apreciação da LIT sobre as situações revolucionárias desconsidera a relação entre tarefas e sujeitos de qualquer processo político. Como se uma situação política (revolucionária ou não) pudesse se formar independente dos sujeitos. Essa não distinção da natureza dos movimentos não permite a caracterização da diversidade dos processos revolucionários, rebeliões populares e levantes de massas em sua concretude e, muito menos o rearmamento estratégico e político para o combate pela perspectiva socialista. Assim, a LIT redobra a aposta no objetivismo ao chamar toda e qualquer insurgência de massas de revolução, independente das classes, organismos, programas e direções que atuam no processo.

A “revisão teórica” da LIT parece uma fuga empirista para não encarar a tarefa incontornável de rever a “teoria das revoluções socialistas objetivas”. O que é um desserviço à teoria da revolução e da transição que em nada serve para caracterizar, elaborar programas e dar políticas para a luta de classes. Estamos, assim, diante de um desarme estratégico que tem levado essa corrente a erros

enormes de caracterização e linha política.

■ A dialética da revolução socialista

Ao analisar o texto de balanço teórico da LIT, podemos identificar que segue presa como mosca à “teoria da revolução socialista objetiva” desenvolvida no pós-guerra pela maioria dos dirigentes do movimento trotskista.

Se na primeira parte deste texto discutimos o conceito de *situação revolucionária*, agora nos dedicaremos a avaliar a não distinção que faz essa organização entre a dialética da *revolução burguesa* e a da *revolução socialista*.

A *revolução burguesa*, diferentemente da *socialista*, não é uma revolução política com conteúdo social, mas uma revolução política em si, pois a sua base econômico-social já está praticamente posta. Por essa razão, a *revolução burguesa* comporta *substituímos sociais e políticos*, com outras classes sociais dirigindo revoluções e tomando o poder do Estado durante a transição do feudalismo ao capitalismo. Já na *revolução socialista* esse *substituísmo* não tem lugar porque a classe operária precisa estar à frente do poder para superar a exploração e opressão impostas por outras classes sociais.

Na revolução e transição socialista, a “mecânica” do processo é distinta. Como não se trata apenas de uma revolução política, é necessário revolucionar todo o edifício social – de cima a baixo – para que a transição ao socialismo seja aberta e se desenvolva.

A revolução socialista não pode contar com a automatização do mercado (capital, trabalho e terra) ao seu favor. Ao contrário, precisa, a partir de uma relação dialética entre democracia, plano e mercado [9], superar essa autonomização para que as bases do socialismo possam ser construídas e toda forma de Estado e exploração seja superada.

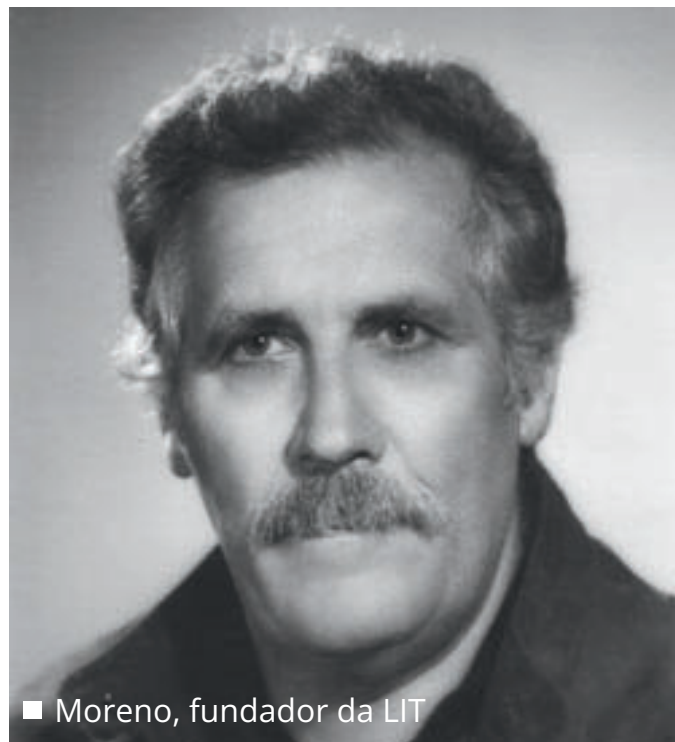
Para a LIT, essa distinção não existe. Assim, no texto *Revoluções del Siglo XX* (1984) de Moreno “explica corretamente as revoluções do pós-guerra e a do Vietnã, apresentando-as como revoluções socialistas vitoriosas dirigidas por partidos stalinistas.” [10]. Ou

seja, basta expropriar a burguesia – independentemente dos objetivos, sujeitos e métodos com os quais se expropria – que já estaríamos diante de uma revolução socialista e de um “Estado operário”.

Mas, diferentemente da revolução burguesa, em que o Estado burguês é dirigido por outras classes sociais, na revolução socialista não se pode formar um Estado operário em que a classe operária não esteja no poder [11].

A “atualização” da teoria da revolução e da transição feita pela LIT está totalmente em desacordo com a experiência da segunda metade do século XX. Neste período, as revoluções anticapitalistas, em que pese que, tiveram medidas progressivas em seu início não ergueram Estados operários. Mas sim deram lugar a Estados burocráticos que não permitiram a socialização dos meios de produção e emancipação da classe trabalhadora, ou seja, nunca abriram caminho à transição ao socialismo.

A elaboração das “revoluções socialistas objetivas” se demonstrou integralmente incorreta. Não identificou a natureza concreta da revolução socialista e não a diferenciou dos outros tipos de revolução que surgiram na segunda metade do século



■ Moreno, fundador da LIT

XX, tais como: libertação nacional, revoluções anticoloniais ou antiburocráticas e etc. Essa dificuldade de Moreno, e de praticamente todo o marxismo revolucionário do pós-guerra, teve – e tem – graves consequências teóricas, programáticas e políticas.

A falsa identificação entre as medidas de estatização e as medidas de socialização dos meios de produção não começa no pós-guerra. Tem início na 1) coletivização forçada com métodos antissocialistas na Rússia, depois, com a 2) ocupação da Polônia pelo Exército Vermelho, com 3) a ocupação pelo Exército Vermelho dos países do Leste Europeu e, por último, 4) durante as revoluções anticapitalistas da China, Vietnã e Cuba do pós-guerra. Em todos estes casos, em que pese as suas importantes especificidades, houve a expropriação da burguesia e a estatização dos meios de produção, mas não ocorreram a partir de novos Estados operários.

Esse problema foi precocemente e em tempo real identificado por Christian Rakovsky por ocasião da coletivização forçada entre 1929-1931 na Rússia [12]. O grande dirigente da Oposição de Esquerda – o primeiro a identificar que a burocracia tinha se transformado em uma nova classe política e que a degeneração da ditadura do proletariado na Rússia tinha gerado um Estado burocrático com restos operários – foi acusado de subjetivismo quando denunciou a coletivização e industrialização forçada como reacionária [13].

Em sequência, no início da Segunda Guerra Mundial (agosto de 1939) tivemos o acordo entre Alemanha e URSS, o pacto Ribbentrop-Molotov, que permitiu a ocupação de metade da Polônia pelo Exército Vermelho stalinizado. Após a invasão da Polônia dividida, expropriou-se os capitalistas mediante um pacto político contrarrevolucionário entre o stalinismo e o nazismo. Nesta ocasião, “Trotsky se apressou a assinalar que as consequências negativas de uma expropriação levada adiante em semelhantes condições – de maneira burocrática, desde cima e educando à classe operária em não confiar

em suas próprias forças – superava muito o aspecto positivo da expropriação dos burgueses” [14].

A confusão entre revoluções anticapitalistas e revoluções socialistas surge novamente em uma escala de tempo e espaço maior no pós-guerra, com as revoluções históricas na China, Cuba, Vietnã e Iugoslávia. Agora, a burguesia é expropriada a partir de revoluções com base camponesa e dirigidas por organizações pequeno-burguesas; processos esses que não resultam em ditaduras proletárias, mas sim em novos Estados burocráticos.

As revoluções do pós-Segunda Guerra – China, Cuba, Vietnã – foram progressivas, pois expropriaram a burguesia e garantiram conquistas. Porém, ao não se contarem com a autoatividade da classe operária e nem com partidos revolucionários com influência de massas, abriram outra forma de exploração e opressão que é incompatível com a ditadura do proletariado.

O ponto mais alto deste substituísmo da classe operária foi quando o Exército Vermelho burocratizado ocupou países do Leste Europeu no final da segunda-guerra (1945), expulsando as tropas nazistas para, em seguida, expropriar a burguesia pela força das armas e sem a participação das massas. Somente após esmagar qualquer autonomia do proletariado, a burocracia realiza expropriações, coletivização forçada e nacionalizações. Mas tudo foi conduzido por um aparato estatal que não expressava o poder operário. O resultado é um modelo de planejamento burocrático voltado à acumulação da própria burocracia, com queda do nível de vida das massas, produtivismo devastador e repressão permanente sobre a classe operária [15].

A partir do final da segunda guerra mundial, diante desses novos fenômenos históricos, a confusão teórico-política generalizou-se. A maioria do marxismo revolucionário, em uma atitude teórica que considerava apenas a expropriação da burguesia em si, identificou estes processos como revoluções socialistas que formaram “Estados operários deformados”. Outro setor, porém, teve uma

posição sectária e subjetivista diante destes fenômenos, desconsiderando o aspecto progressivo que representou a expropriação da burguesia [16].

Ambas posições – a objetivista, que confundiu expropriação com socialização dos meios de produção e Estado burocrático com Estado operário deformado, e a subjetivista, que não identificou as medidas de expropriação como parcialmente progressivas – são reducionistas.

No caso da geração de Moreno, tratou-se de uma camada de dirigentes muito jovens e politicamente inexperientes que, diante de fenômenos de enorme peso histórico, acabaram elaborando uma caracterização objetivista. É verdade que Moreno e os dirigentes de sua geração tiveram nas décadas seguintes oportunidades para superar esse objetivismo inicial, no entanto, por razões tanto objetivas quanto subjetivas não conseguiram fazê-lo.

O problema central, contudo, é que setenta anos depois, as direções dessas correntes continuam repetindo a mesma caracterização de forma doutrinária, sem realizar nenhum balanço crítico à luz do colapso da URSS e da restauração capitalista nos antigos Estados burocráticos.

Essa não revisão de premissas teóricas – o que exige confrontar hipóteses com o desenvolvimento efetivo da luta de classes – leva à cristalização de caracterizações presas ao passado. Em vez de avançar para a compreensão das formações sociais que emergiram das expropriações burocráticas, permanecem presas a esquemas dogmáticos que não são ferramentas para interpretar a realidade.

As revoluções anticapitalistas do pós-guerra não foram revoluções socialistas, mas sim revoluções de outro tipo. Em que pese as suas contradições, não se pode negar sob pena de cair no subjetivismo, que a expropriação do capitalismo foi progressiva. Essa era uma totalidade crítica que precisava ser superada com a atividade da classe operária. Mas, como a classe trabalhadora não participou da tomada do poder, em

muitos casos, ou quando tentou o fazer foi derrotada pela burocracia, em outros, os novos Estados burocráticos impuseram regimes políticos e econômicos de opressão e exploração.

■ O papel insubstituível do sujeito

Todos estes processos apontados acima, cada um a seu modo, foram confirmadores de que a dinâmica de uma revolução socialista é distinta da revolução burguesa – difere tanto da revolução burguesa clássica quanto das novas revoluções anticapitalistas históricas do pós-guerra.

O capitalismo apresenta uma plasticidade muito maior de regimes políticos do que em uma formação social não-capitalista, pois na formação socioeconômica capitalista a autonomização do mercado se coloca como condição de funcionamento da economia em uma monarquia, em uma democracia liberal ou em um governo fascista.

Como demonstrou a história da Revolução Russa (pela positiva em seu momento revolucionário e pela negativa em seu processo de burocratização), para que a expropriação da burguesia dê lugar a um Estado operário e para que se abra um processo de transição ao socialismo é necessário que essa tarefa seja tomada pela classe trabalhadora. Apenas desta forma a expropriação da burguesia e a estatização dos meios de produção não coloca em seu lugar uma nova forma de exploração e opressão de uma classe sobre outra, ou seja, sobre a classe trabalhadora.

Porém, o anacronismo teórico da direção da LIT – apesar de todas as evidências históricas e reflexões desenvolvidas nas últimas décadas – se reafirma quando reivindica sem apontamento crítico algum, o desatino teórico de Moreno – e da maior parte do trotskismo – de formular que houve “revoluções socialistas objetivas” que deram lugar a Estados operários sem o protagonismo da classe operária e de direções revolucionárias no pós-guerra.

Em uma falsa simetria entre a revolução burguesa e a revolução socialista, Moreno

afirmava que *“temos que formular que não é obrigatório que seja a classe operária e um partido marxista revolucionário com influência de massas quem dirija o processo da revolução democrática até a revolução socialista. Não é obrigatório que seja assim. Ao contrário: ocorreram, e não está descartado que ocorram, revoluções democráticas, que no terreno econômico se transformem em socialistas”* [17].

Ele erra feio – chuta a bola na arquibancada – nesta questão, porque quer superar não a insuficiência, mas um dos grandes acertos de Trotsky, que afirmava que o fio condutor – o fio vermelho – entre as lutas imediatas e a mediatas é o sujeito sócio-político, a classe operária, seus organismos e partidos.

O balanço do processo revolucionário do século XX demonstra que Trotsky acertou em girar a teoria da revolução socialista em torno ao tema dos sujeitos sócio-políticos. Moreno, diante dos novos fatos da luta de classes, do ineditismo, revoluções que expropriaram a burguesia sem classe operária e sem partidos revolucionários, fez uma reformulação da teoria da revolução equivocada.

A história do século XX é cabal em comprovar que a tarefa de edificar um Estado operário não pode ser realizada por outra classe social. Com a expropriação da burguesia e a estatização dos meios de

produção, a relativa independência da economia em relação à política desaparece. Desta forma, não é secundário se é a classe operária ou a burocracia que está à frente do poder. A experiência histórica comprovou que o *“fio vermelho” – a relação indissolúvel entre tarefas e sujeitos – é o que “unifica a teoria da revolução socialista com a teoria da transição”* [18].

Diferentemente da revolução burguesa, não se trata apenas de transformações políticas, de adaptar o aparato estatal de acordo com as necessidades do capital, mas de destruir o Estado burguês como um todo, de construir um semi-Estado operário, de socializar os meios de produção e desenvolver as forças produtivas. Tudo isso, sem perder de vista que o centro das forças produtivas é o elemento humano, que precisa superar a alienação, o estranhamento e a fetichização social. Isso não se pode fazer sem a construção de um Estado operário efetivo, no qual a classe operária esteja no centro do poder e sem o avanço da revolução mundial, por evidente.

■ Uma hipótese teórica confirmada parcialmente

Para Moreno, Trotsky *“voltou a se equivocar ao colocar um sinal de igual, [dizendo], ‘Revolução operária = é feita pela classe operária e por um partido marxista revolucionário’. Novamente cometeu um erro,*



de lógica formal, acreditando que toda é igual a todo, e não é desigual e combinado” [19].

Mas, pensamos que quem se equivocou do ponto de vista conceitual foi Moreno, pois na revolução operário-socialista não pode haver substituto da classe operária. Não é que não existiam mecanismos de substituição no curso das revoluções. O que ocorre é que na revolução socialista, o sentido do *substituísmo* se modifica: quem passa a ser substituída é a burguesia. Essa ao fracassar no cumprimento de suas tarefas históricas acaba vendo essas serem realizadas pela classe operária, seus organismos e direções revolucionárias.

A título de digressão, para insistir no peso do *sujeito sócio-político* para a revolução socialista: na revolução russa, antes do seu processo de burocratização stalinista, o partido bolchevique no poder teve que enfrentar o esvaziamento dos soviets devido aos gigantescos sacrifícios que fez a classe operária na guerra civil, pela crise econômica, pelo isolamento internacional da revolução, pelo cansaço e pelas próprias dificuldades de uma classe oprimida e explorada exercer o poder político [20].

O que obrigou aos bolcheviques a um “substituísmo” temporário da classe para garantir a gestão da sociedade e manter em pé o governo revolucionário, o que provocou uma certa mudança de “regime” político no Estado operário. Mas, o objetivo era que a classe voltasse a assumir o seu lugar no Estado operário para que – junto com a revolução mundial – ocorresse a edificação de um verdadeiro semi-Estado revolucionário. Mas todos sabem que o processo foi outro, que a revolução mundial não se desenvolveu e que a burocracia se tornou a classe política governante. Nesse sentido, a análise de Rakovsky é paradigmática para compreender a dinâmica da burocratização da revolução russa. Citamos longamente:

“Quando uma classe se apossa do poder, é uma parte dela que se torna o agente desse poder. É assim que surge a burocracia. Em um Estado socialista, onde a acumulação capitalista é impedida aos membros do partido

dirigente, a diferenciação começa como funcional e depois se torna social (...) Uma outra consequência consiste em que uma parte das funções antes desempenhadas por todo o partido ou por toda a classe passa agora às atribuições do poder, isto é, a somente uma certa fração das pessoas desse partido, dessa classe (...) A função modificou o próprio órgão, isto é, a psicologia daqueles que são encarregados das diversas tarefas de direção na administração da economia do Estado mudou ao ponto de que, não apenas objetivamente, mas subjetivamente, não apenas materialmente, mas moralmente, eles deixaram de fazer parte dessa mesma classe trabalhadora.” (Os Perigos Profissionais do Poder. Rakovski, 1928.)

A diferenciação de funções dentro do Estado, em vez de retroceder, avançou, provocando assim uma mudança de natureza do próprio Estado. Quer dizer, a *diferenciação de funções* converteu a burocracia em uma classe política que passou a controlar o Estado de cima a baixo e a ter a propriedade efetiva – em que pese que essa era formalmente de todos – dos meios de produção. Isso só foi possível em razão da derrota da classe operária imposta pela burocracia. O Estado operário não apenas se degenerou, convertendo-se em “Estado operário degenerado”, mas se transformou em um *Estado burocrático*.

O que demonstrou a revolução russa é que, a substituição da classe operária no poder por motivos contingentes e temporários, se for convertida em uma substituição estrutural e permanente, leva necessariamente a um processo de degeneração do Estado operário e à conformação de um *Estado burocrático*.

Então não é que o desenvolvimento desigual e combinado não esteja presente em Trotsky no que se refere à revolução socialista. Mas a desigualdade se manifesta no fato de que as tarefas do passado que cabiam à burguesia são realizadas pela classe operária e seus organismos, quando se trata da revolução socialista, ou pela pequena burguesia e a burocracia, quando se trata de revoluções que expropriam mas não são socialistas.

Tentar, assim, apoiar-se no *Programa de Transição* para sustentar o objetivismo é infrutífero. Neste, Trotsky afirma que *“não é possível negar categoricamente a priori a possibilidade teórica de que sob a influência de uma combinação muito excepcional (...) os partidos pequeno burgueses inclusive os stalinistas, possam chegar mais longe do que eles queiram no caminho de uma ruptura com a burguesia. Em qualquer caso, uma coisa está fora de questão: ainda que ocorra dessa variante pouco provável chegar a se realizar em alguma parte e em um ‘governo operário e camponês’ – no sentido indicado mais acima – chegar a constituir-se, não representaria mais do que um curto episódio no caminho da verdadeira ditadura do proletariado”* [21].

O desenvolvimento histórico ocorreu de forma distinta da prevista por Trotsky: organizações políticas de caráter pequeno-burguês tomaram o poder e expropriaram a burguesia sem a participação política da classe operária: *“O poder destas formações burocráticas se ‘consolidou’ de maneira que parecia irreversível, porém este acontecimento não deu lugar a nenhuma reflexão crítica sobre as consequências do caso. Se considerou que emergiram Estados operários burocraticamente deformados, porém deste fato não se tirou nenhuma conclusão substantiva”* [22].

Porém, Trotsky, que não pôde assistir a esses processos, demonstra-se muito mais perto da realidade concreta das revoluções da segunda metade do século XX do que a tentativa objetivista de atualização da teoria da revolução de Moreno, exatamente a mesma que continua sustentando a LIT.

Na elaboração de Moreno existe um movimento equivocado de crítica à teoria da revolução permanente que passa por identificar na formulação da Revolução Permanente uma “virtude” e um “defeito”. A virtude, para ele, é que se a revolução democrático-burguesa continua *“se transforma em socialista”* e o defeito é que gira em torno *“dos sujeitos”* [23].

Na verdade, Moreno e a direção da LIT não entendem que um elemento está ligado indissolivelmente ao outro. Uma revolução

democrático burguesa – ou qualquer outra – só pode se transformar em socialista se for protagonizada pela classe operária e seus organismos. Esse foi o grande acerto de Trotsky, não o seu erro conceitual.

E isso requer um esforço da vontade, porque a realidade é sempre maior do que nós; tem tendências progressistas e regressivas e temos que contar com as progressistas para derrotar as regressivas, a *“resistência dos materiais”*; como disse Trotsky, a inércia é uma das forças mais poderosas da história.

Porém, em que pese que tenha acertado no essencial em relação à dialética da revolução socialista, a *hipótese* teórica de Trotsky se confirmou apenas parcialmente. Os partidos pequeno-burgueses com a expropriação dos meios de produção foram mais longe na ruptura com a burguesia, isso foi o acerto um prognóstico. Mas essas revoluções não fundaram Estados operários e não se deram em um curto episódio *“no caminho da verdadeira ditadura do proletariado”*, mas sim formaram Estados burocráticos que exploraram e oprimiram a classe operária ao longo de quase meio século, isso foi um erro de prognóstico.

Moreno errou em sua tentativa de atualização da teoria da revolução permanente no pós-guerra e a LIT – mesmo depois de 70 anos depois – não assimilou nada significativo do balanço destas revoluções. Mas, como continuam a fazer sinal de igual entre expropriar a burguesia e revolução socialista, dizem que Moreno acertou totalmente em seu prognóstico e que apenas teria errado ao transformar esse processo excepcional em lei, pois *“não se repetiram revoluções socialistas vitoriosas, dirigidas até agora por reformistas”* [24].

Segundo a LIT, essas revoluções não ocorreriam mais porque as condições objetivas e subjetivas geradas no pós-Segunda Guerra Mundial não se repetiram nas décadas seguintes. Diz que, ao contrário da afirmação de Moreno, Trotsky *“acertou duplamente: em primeiro lugar acertou que essa possibilidade poderia dar-se, em segundo lugar, que era altamente improvável”*, pois, *“ao*

contrário do que dizia Moreno, essa não foi uma lei". Assim, para a LIT a "grande" correção é que não há mais *"a possibilidade de novas revoluções socialistas dirigidas por organizações reformistas é altamente improvável"* [25].

Trotsky errou em sua hipótese por basicamente três motivos: 1) essas revoluções não foram "pouco prováveis", 2) não inauguraram "governos operários e camponeses" e 3) não se deram em um "curto período de tempo". Porém, o erro de Trotsky ocorreu mais no sentido do prognóstico do que do diagnóstico, o que é muito mais aceitável do que o erro de caracterizar que essas foram "revoluções socialistas objetivas", como é o caso de Moreno e da maior parte do trotskismo do pós-guerra.

A excepcionalidade hipotética da criação de um "governo operário e camponês" sem classe operária e partido revolucionário, que fosse um curto caminho para a verdadeira ditadura do proletariado, não se realizou. Ocorreram revoluções de outro tipo. Porém, em que pese que não tenha previsto esse novo tipo de revolução – em sua época não estavam dados os elementos necessários para o desdobramento que a luta de classes teve depois da segunda guerra –, a manutenção da centralidade do papel do sujeito para a revolução socialista, formação da ditadura do proletariado e da transição socialista, não escapou do radar teórico de Trotsky.

■ Objetivismo e desvio etapista

A direção da LIT, ao manter os traços principais da elaboração das *"revoluções socialistas objetivas"*, recai em um desvio etapista que tem sérias consequências políticas. Assim, a crítica que fazem a Moreno por conta das *"revoluções de fevereiro"*, conceito presente em *Revoluções do Século XX*, é realizada de forma totalmente inconsistente [26].

Para ela, o erro de Moreno se dá apenas porque esse conceito tem muita amplitude.

A LIT diz que a única coisa comum entre

esses processos é *"não ter em sua frente uma direção revolucionária"* [27].

Essa "correção" demonstra sérios limites, pois diante da ausência da direção revolucionária *"é mais claro e preciso retomar as definições de Lênin (1915) e Trotsky (1931) discutidas anteriormente neste texto. Ou seja, discutir as situações revolucionárias sem direções revolucionárias"* [28]. Assim, a LIT repete o erro que apontamos acima de Moreno, que considerara as situações, processos e revoluções indistintamente.

Sem analisar os processos a partir do conjunto dos fatores objetivos e subjetivos, não se pode caracterizar de forma concreta a realidade e intervir nela de forma correta. Não que não haja uma disputa política no interior dos processos, como bem demonstrou a revolução russa e a luta dos bolcheviques pelo poder em seu interior – disputa que foi fundamental para a vitória da revolução de outubro e para a manutenção dos soviets no poder nos primeiros anos da revolução – mas não se pode improvisar as classes e partidos que dirigem a revolução. Por isso, caracterizar os



processos revolucionários exclusivamente pelos aspectos objetivos, como faz a LIT, é um erro brutal.

Não basta afirmar que as situações revolucionárias ocorrem a partir de fatores objetivos, se lutam contra ditaduras, imperialismo ou enclaves. Pois os elementos sócio-políticos – como ensinou Trotsky e se comprovou plenamente durante o século XX – são também determinantes da dinâmica dos processos. Trata-se de revoluções, rebeliões ou levantes populares?

Está em debate, também com a LIT, o tema estratégico e programático. A dinâmica do processo revolucionário se dá a partir da combinação desigual entre tarefas e sujeitos, mas a LIT define o mote imediato do processo político não para fazer a ligação com as tarefas mediadas, ou seja, de transição.

Em sua lógica política, uma revolução contra uma ditadura *“tem um eixo programático em torno da sua queda. Nós temos um programa de transição para a revolução socialista, com centro estratégico na ditadura do proletariado, porém armado em torno do eixo concreto da luta contra a ditadura burguesa”* [29]. Desta forma, a LIT retrocede para a concepção de *programa mínimo e programa máximo*, em vez de um programa de transição que ligue toda e qualquer necessidade concreta às medidas transicionais impostas pela luta de classe.

O *programa de transição* – encadeamento entre as necessidades (conteúdo das consignas) e o nível de consciência das massas (formas das consignas) – é uma ferramenta para superar o fosso entre a consciência imediata e o objetivo histórico, procurando elevar a luta cotidiana ao horizonte da tomada do poder e da revolução socialista. Ou seja, ao contrário do que sugere a LIT, não existe um eixo programático para cada evolução, descolado das tarefas de transição, mas sim um programa de transição hierarquicamente construído e adaptado a cada realidade, que se propõe a resolver os problemas de forma a superar a dominação burguesa, a propriedade privada e a exploração pela

mobilização da classe trabalhadora, da construção de organismos de poder e de partidos revolucionários.

Por outro lado, quando se trata das revoluções propriamente ditas, a interpretação objetivista da teoria da revolução não permite caracterizar que tipo de revolução está em curso. Pois ao se desconsiderar a dinâmica dos sujeitos em seu interior, não se pode definir o encadeamento estratégico e tático necessário para a derrota da burguesia e para que esse processo se desenvolva como *revolução socialista*.

Esse objetivismo, que define a revolução apenas pela entrada em cena das massas e que não caracteriza de que revolução estamos falando, não dá conta de outros aspectos fundamentais da estratégia revolucionária. Ou seja, das necessidades específicas em cada processo de construir organismos democráticos de duplo poder e direção revolucionária.

Diz a LIT que outro aporte válido de Moreno é *“a compreensão das revoluções socialistas vitoriosas que ocorreram no passado dirigidas por organizações reformistas”*. Ou seja, pode-se caracterizar toda e qualquer revolução como socialista, independente das tarefas, sujeito social e político e método que está em curso. Perde-se, desta forma, toda a necessidade programática, estratégica e organizativa, desde que encontremos o mote certo... toda a necessária luta política para que as revoluções se desenvolvam como socialistas.

Como não reconhece a distinção entre revoluções anticapitalistas e revoluções socialistas, desenvolve a concepção de que se pode separar as *tarefas não-transicionais* das *transicionais*. Daí a ideia de que cada revolução tem um eixo programático isolado do conjunto das demais tarefas.

Para a LIT, os processos revolucionários do século XX e XXI se deram de forma independente dos sujeitos. Essa formulação é um nítido exemplo da aplicação objetivista que não distingue revolução, rebelião e levante popular. Por isso, caem em

esparrelas *movimentistas*, nacionalistas e *economicistas*. Como exemplos destes erros teóricos-programáticos temos: a linha do “Fora todos” em meio à ofensiva ultrarreacionária, a luta pela emancipação da Palestina desconectada da luta saída socialista e a luta contra a escala 6x1 sem incorporar a prisão de Bolsonaro de forma coerente.

■ Em vez de atualização, fuga empirista

A “avaliação crítica” da direção da LIT a Moreno tem seguimento na análise da sistematização das categorias de *épocas*, *etapas* e *situações da luta de classes*. Essas categorias são um patrimônio mais ou menos comum do marxismo revolucionário.

As etapas, dentro da época de guerras, crises e revoluções definida por Lênin, podemos dividir aproximadamente em cinco partes: 1) ascenso revolucionário, 2) ascensão fascista, 3) revoluções do pós-guerra, 4) queda dos Estados burocráticos, 5) nova etapa de guerras, crises, rebeliões e possíveis revoluções.

Complementando a periodização da luta de classes, dentro de cada etapa temos as situações e, dentro destas, as conjunturas políticas. A categoria de etapa é uma síntese de várias situações políticas, com suas contradições, tendências e contratendências, que tem um sentido mais geral comum e que costuma durar cerca de uma década. Mas, a LIT critica Moreno por este usar essa categoria – etapa – mais abstrata do que a de situação. Em uma concepção doutrinária, para eles, como Lênin e Trotsky apenas teriam usado categorias de época, situações e conjunturas, estas bastariam para fazer política...

Ao invés de compreender etapa como uma categoria que deve ser empregada em sua dimensão dialética e concreta, a LIT a rejeita sob o argumento de que “se transformou em um esquema que não ajuda na formulação do nosso programa e das nossas tarefas” [30]. No entanto, se estamos diante de uma categoria política – uma representação dialética do ser social que

expressa temporalidades reais do processo histórico, ela não pode simplesmente ser descartada sem que haja prejuízo para a análise e caracterização.

A categoria *etapa*, enquanto categoria intermediária entre a época histórica e as situações políticas, quando utilizada corretamente, contribui para evitar que organizações e vanguardas se deixem levar por avaliações impressionistas diante de conjunturas mais ou menos favoráveis da luta de classes. Assim, o uso determinista da categoria não pode servir como justificativa para abandoná-la; ao contrário, exige que se aprenda a manejá-la de maneira crítica, concreta e não esquemática.

A LIT realiza um giro empirista, abandona categorias porque não foi competente para as utilizar. A mesma lógica do “abandono” da categoria de etapa ocorre com a de situação mundial porque não se foi hábil para a emprega. Isso porque trabalhou com uma ideia de “signo” que considera as tendências e contratendências da luta de classes.

Cometeu o erro histórico de utilizar a categoria de “situação mundial” em circunstâncias tão adversas como o fim dos anos 80 e nos anos 90, em que a correlação de forças era totalmente desfavorável. O que levou essa organização a uma série de equívocos de avaliação, prognóstico e de política.

A LIT afirma que usou uma “metodologia objetivista, com essa característica de superestimar os avanços das lutas e subestimar o peso das direções” [31]. Mas, ao não considerar as condições objetivas e subjetivas para caracterizar qualquer situação revolucionária, esse reconhecimento não tem substância. Assim continua a utilizar a mesma lógica objetivista para avaliar os processos da luta de classes, bem como para formular programas e táticas.

Diante do fracasso no uso de ferramentas políticas, todos os problemas da LIT se resolveriam com mais atenção aos “processos da realidade e menos nas categorias” [32]. Ou seja, um giro empirista

os salvaria dos erros teóricos e políticos... A saída passa por *“voltar a utilizar o que foi elaborado por Lênin e Trotsky, somado ao acúmulo dos debates dos primeiros quatro congressos da III Internacional”* [33]. Ou seja, nada de balanço concreto do processo de burocratização da Revolução Russa, nada de avaliação concreta do que foram as revoluções da segunda metade do século XX e nada da retomada crítica dos textos de Marx e Engels e de outros autores.

Sem armação teórica crítica, intervenção política na luta de classes e critérios corretos de construção, não há saída para a crise da esquerda revolucionária. Mas, para eles basta retomar as categorias elaboradas por Lênin e Trotsky que tudo se resolve. No entanto, o que vemos é que nem as categorias elaboradas por Lênin e Trotsky são tomadas em sua complexidade por essa organização, como visto no exemplo da categoria revolução.

■ LIT e FT: a teoria da “excepcionalidade”

Ao apreciar a atualização teórica que faz a LIT nos resulta a compreensão que se trata de uma “crítica” ao objetivismo que apenas serve para reafirmar o mesmo. Essa não dá conta de compreender que na revolução socialista a dialética é distinta das revoluções burguesas e das revoluções anticapitalistas.

Mas esse equívoco não está apenas no texto com o qual estamos dialogando acima. Elaborações recentes da direção da LIT e do PSTU são emblemáticas no sentido de que a concepção das “revoluções socialistas objetivas” é um patrimônio comum dessa corrente. E ao que consta – nos documentos que se fizeram públicos não há menção crítica alguma ao objetivismo – também dos setores que foram expulsos ou que se separaram.

Dirigentes importantes da LIT em textos recentes reafirmam a totalidade da tese objetivista: *“Moreno constatou que no pós-guerra, novos Estados operários tinham surgido, como China, Cuba, Vietnã, assim como os da Glacis, e nenhuma dessas revoluções teve o proletariado como sujeito social e um partido revolucionário como sujeito político (...) E que o*

problema foi apenas projetar uma continuidade necessária desse processo para o futuro” [34].

Da mesma forma, estão aferrados ao conceito objetivista de revolução, uma vez que *“as revoluções, na etapa imperialista, podem se dar contra ditaduras ou democracias burguesas”,* podem “ocorrer com distintos sujeitos sociais, distintos tipos de direção e ter os mais diversos resultados” e que *“é extremamente improvável que se repitam revoluções socialistas vitoriosas sem o proletariado como sujeito social e um partido revolucionário em sua direção”* [35].

Outra dirigente importante vai no mesmo sentido ao afirmar que Moreno acertou em caracterizar os novos Estados que surgiram no pós-guerra como *“Estados operários burocraticamente deformados (...) mas que suas direções não eram revolucionárias, apesar de avançarem além do que eram suas intenções”* [36]

Como vemos, temos a mesma concepção reducionista de revolução socialista. A única correção que fazem é que essas revoluções foram *excepcionais*. Copiam assim a concepção da corrente que estão criticando (FT - que oficializou em dezembro de 2025, na sua XIV Conferência, a mudança de nome para Corrente Revolução Permanente - Quarta Internacional) sem avançar um só milímetro na diferenciação da dinâmica das revoluções socialistas e das revoluções que expropriam a burguesia [37].

Definir as revoluções que expropriam a burguesia como *revoluções socialistas excepcionais* significa um desarme teórico-político global. No momento de caracterizar qualquer processo revolucionário não podemos decompor na caracterização os elementos objetivos e subjetivos. Pois, por mais desigual que seja qualquer dinâmica entre elementos objetivos e subjetivos, há sempre uma combinação desigual entre eles que não permite caracterizar as revoluções apenas pelo levantamento das massas.

Antes de finalizar esta primeira parte do nosso texto, temos que brevemente apontar nossa diferença com a FT. Esse debate sobre

a atualização da *Teoria da Revolução Permanente* e do *Programa de Transição* temos que fazer também com essa organização.

A leitura feita por ela sobre a atualização de Moreno à teoria da revolução já tivemos oportunidade de criticar em outros textos da nossa corrente. A nosso ver, a FT peca pela falta de substância porque não capta os novos fenômenos e elementos da realidade de forma a incorporá-los ao corpus teórico marxista. Apenas assim podemos realizar uma atualização concreta da teoria, definir que tipo de revoluções foram essas do pós-guerra e que Estados ergueram [38].

Esse dogmatismo ocorre por uma fidelidade à letra morta de Trotsky. Assim, da mesma forma que a direção da LIT – que parece copiar o método da FT – se recusa sistematicamente a revisar de forma crítica as experiências revolucionárias do século XX. O seu “balanço” histórico se limita a afirmar que as revoluções anticapitalistas do pós-guerra foram “exceções”. Portanto, não sistematiza nenhuma lição estratégica para a teoria da revolução e da transição.

Em sua polêmica recente com a atualização teórica da LIT, afirma que Moreno *“errava ao considerar como regra os eventos ocorridos na segunda metade do século XX, especialmente o aspecto de que as revoluções do pós-guerra não foram dirigidas por partidos revolucionários com hegemonia da classe operária, o que moldou o caráter (deformado) desses novos Estados operários, com importantes consequências na revolução internacional”* [39].

Ou seja, para ela foram revoluções que fundaram Estados operários sem a presença da classe operária no poder. E, como esse processo não vai se repetir, não importa fazer balanço e tirar conclusões sobre eles.

Dessa forma, a crítica que faz à LIT com a chave da *excepcionalidade* das revoluções socialistas sem classe operária e direção revolucionária é uma variante do objetivismo. Não vê que estes processos foram revoluções anticapitalistas que expropriaram a burguesia, mas que

fundaram Estados burocráticos que impediram a transição socialista.

O doutrinário que não sintetiza os novos processos da luta de classes, tem consequências programáticas e políticas. Essa postura contribui para que diante de processos importantes da luta – Rebeliões Populares, da Guerra na Ucrânia, luta Palestina, ofensiva reacionária no Brasil e outros -, essa corrente desenvolva posições políticas que vão do sectarismo ao oportunismo, passando pelo abstencionismo e pelo economicismo.

■ Atualização teórica e política

A modo de conclusão, queremos reafirmar que a autocrítica realizada pela LIT não supera o objetivismo que a tem marcado historicamente. O reducionismo, o esquematismo e o objetivismo que geraram crises político-organizativas seguem como parâmetros fundamentais em suas elaborações mais recentes.

A LIT fracassa teoricamente em condições muito melhores para realizar um balanço histórico e teórico do que aquelas de que dispôs Moreno em seu tempo, pois segue presa à teia de aranha do objetivismo. Em sua teoria da revolução, toda derrubada do Estado burguês e toda expropriação do capitalismo são convertidas em revolução socialista e em Estado operário.

A LIT perdeu completamente de vista a especificidade da revolução socialista. Ela não pode contar com o automatismo socioeconômico próprio da revolução burguesa. A participação cada vez mais ampla e consciente do conjunto da classe trabalhadora, através de seus organismos e partidos, na organização e direção da sociedade é fundamental.

A direção da LIT – mesmo com toda a vantagem de ter assistido a todo o filme – não se dá conta de que a elaboração de Moreno contém um equívoco fulcral. Ele não percebeu que a URSS havia passado por um processo de transformação profunda – foi de um Estado operário a um Estado burocrático – e que os novos Estados

não-capitalistas do pós-guerra foram conformados diretamente Estados burocráticos, e não Estados operários deformados [40].

A revisão teórica do processo de burocratização da Revolução Russa estabelece bases fundamentais para entender o que foram as revoluções anticapitalistas do pós-guerra. Essas revoluções foram históricas, progressivas e abriram grandes possibilidades, mas, sem a classe operária e sua subjetividade, não puderam erguer Estados operários e, muito menos, realizar a transição ao socialismo; pois mantiveram, em sua dinâmica socioeconômica central, a permanência da exploração e da opressão da classe trabalhadora pela burocracia.

A crítica da LIT a Moreno em relação à sua leitura de Lênin e Trotsky sobre a revolução é reducionista, pois desconsidera totalmente que quando se trata da revolução socialista a experiência histórica comprova a centralidade da classe operária e de sua subjetividade.

O resultado é uma concepção de revolução que não é vívida nem vivida; uma elaboração anacrônica que dificulta enormemente um enquadramento político-programático adequado diante dos novos fenômenos da luta de classes. Esse anacronismo produz consequências políticas e organizativas. A LIT acabou acumulando inércias teóricas, políticas e organizativas que a tornaram incapaz de interpretar a dinâmica do novo proletariado, das novas formas de mobilização e das rebeliões populares.

Não conseguiu identificar que a crise de direção revolucionária apontada por Trotsky no Programa de Transição, tornou-se mais espessa do que na década de 1930. A partir da queda dos Estados burocráticos, à crise de direção incorporou-se também uma crise da alternativa socialista. Ou seja, não perceberam que uma crise política mais estratégica foi colocada como um elemento da dinâmica da luta de classes a partir dos anos 1990.

Por fim, a explosão da LIT em 2025 se explica, em grande medida, pela prisão dessa organização à pseudoteoria das “revoluções socialistas objetivas”. Sem um rearmamento que supere o dogmatismo, o reducionismo e o esquematismo, o desastre teórico, político e organizativo dessa organização – que errou em quase todos os processos importantes da luta de classes dos últimos anos – vai se perpetuar.

Uma conclusão simples, porém profunda e estratégica, é a necessidade de superar os limites da teoria da revolução deixada pelos nossos clássicos sem perder de vista por um só segundo que a classe trabalhadora – seus organismos e partidos – constitui o elemento fundamental para que os processos revolucionários se configurem como revoluções socialistas. Dessa forma, é necessário lutar até o fim para construir as condições subjetivas que permitam intervir de forma revolucionária nas lutas decisivas que começam a se colocar na realidade.

Esse esforço de balanço teórico-político que a **Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie** tem realizado – além de outros acertos estratégicos – tem nos permitido acumular elaboração teórica, intervenção política e construção organizativa, o que nos coloca como uma das correntes mais dinâmicas do trotskismo mundial hoje. Assim, é na retomada a fundo do “fio vermelho da revolução” que apostamos no lançamento da nossa corrente internacional há 20 anos e no qual continuaremos a apostar estrategicamente. Para finalizar, essa é a perspectiva com a qual trabalharemos na segunda parte deste texto, que será dedicada à crítica da linha política da LIT nos principais processos da luta de classes dos últimos tempos.

Notas:

[1] Esse texto é um primeiro esforço de interpretação crítica sobre as posições da LIT contidas em *Sobre las situaciones de la lucha de clases* em nível nacional e internacional. Para tal, nos apoiamos na rica elaboração da Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie (SoB), particularmente no livro *El marxismo y la transición socialista*. Tomo I: Estado, poder y burocracia (Roberto Sáenz) e nos ensaios *Notas sobre a teoria da revolução permanente* (Roberto Sáenz), *Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos “Estados socialistas”* (Roberto Ramirez) e *Estalinismo ou Socialismo* (Victor Artavia). Com exceção de *El marxismo e la transición socialista* que será publicado no próximo ano pela editora Boitempo, os demais já se encontram traduzidos ao português e estão disponíveis no site <https://esquerdaweb.com/>

[2] Corrente do trotskismo dirigida por Nahuel Moreno (1924–1987) que foi hegemônica na América Latina antes da sua sequência interminável de rupturas. Antes de sua decadência, teve traços importantes, como a intervenção política na luta de classes, a construção independente dos aparatos, a luta contra o foquismo e a inserção na classe operária. Mas, a inércia teórico-política, a adaptação aos aparatos sindicais e o economicismo constituem uma combinação de elementos que fazem com que essa corrente esteja em plena decadência.

[3] *Sobre las situaciones de la lucha de clases* em nível nacional e internacional

[4] Idem

[5] Idem

[6] Segundo Sáenz (2024), estas são revoluções socialistas e antiburocráticas que deixaram muitas lições estratégicas para a revolução do futuro. Como parte desse processo, tivemos o levante do proletariado de Berlim em junho de 1953, a revolução húngara de 1956, a Primavera de Praga em 1968, levantamentos anti burocráticos na Polônia em 1980-1981, a Revolução Portuguesa de 1975 e o Irã de 1979. Essas

teriam sido as últimas revoluções de pulsão socialista do século XX.

[7] *Sobre las situaciones de la lucha de clases* em nível nacional e internacional.

[8] Idem

[9] Sáenz, 2024

[10] *Sobre las situaciones de la lucha de clases* em nível nacional e internacional.

[11] O ensaio “Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra”, de Roberto Ramirez, discute o caráter das revoluções do pós-guerra (China, Cuba, Leste Europeu) e critica a interpretação majoritária do trotskismo, que classificou esses regimes como “Estados operários deformados”. Para Ramírez, essa concepção é objetivista e substituísta: toma a expropriação da burguesia como critério suficiente e ignora o fato decisivo de que a classe trabalhadora não dirigiu nem exerceu poder real nesses processos. Assim, a burocracia ou outras camadas sociais cumpriram o papel que deveria caber ao proletariado. O autor também questiona como esses supostos “Estados operários” puderam retornar ao capitalismo sem resistência operária significativa, o que revela que os trabalhadores nunca foram classe dominante nessas formações. Retomando Marx, Engels, Lênin, Rakovsky, Trotsky e Naville, Ramírez mostra que, após a expropriação, a estrutura econômica e o Estado deixam de ser “autônomos”, como no capitalismo: sem democracia operária, estabelece-se inevitavelmente um Estado burocrático, com relações de produção baseadas na apropriação do excedente pelos burocratas que se torna em classe política hegemônica. Esses Estados não representam um “desvio” dentro do socialismo, mas uma forma específica de dominação e exploração, historicamente limitada e condenada à restauração capitalista — como confirmado pela URSS, Leste Europeu e pela evolução da China. Por fim, Ramírez conclui que a experiência histórica do século XX confirma a impossibilidade estratégica do “substituísmo”: nenhuma burocracia,

guerrilha ou camada pequeno-burguesa pode substituir a classe operária no processo de revolução socialista e na transição, e apostar nessas variantes leva sempre ao desastre. A tarefa decisiva do século XXI é reconstruir a centralidade política da classe trabalhadora e da democracia operária. Leia o texto na íntegra em <https://encurtador.com.br/aRuO>

[12] Christian Rakovsky (1873–1941), de origem búlgaro-romena, foi médico e dirigente político revolucionário na Europa e, posteriormente, na Revolução Russa. Militante internacionalista desde jovem, participou da Segunda Internacional e foi uma das principais figuras do socialismo romeno e balcânico. Após 1917, integrou o governo soviético, tornando-se presidente do Conselho de Comissários do Povo da Ucrânia e desempenhando papel relevante na diplomacia soviética. Com o processo de degeneração da Revolução Russa, Rakovsky tornou-se uma das figuras centrais da Oposição de Esquerda dirigida por Trotsky. Seu texto “Os perigos profissionais do poder” (1928) é considerado uma análise precursora da formação da burocracia soviética. Por sua oposição, foi perseguido, preso e deportado pelo regime stalinista, permanecendo anos em isolamento. Ele não confessou e não delatou ninguém; Trotsky caracterizou que Stalin conseguiu a capitulação de Rakovsky devido ao perigo nazista. Em 1941, já durante a invasão alemã, foi executado pela polícia secreta stalinista.

[13] Sáenz, 2024.

[14] Idem, p. 403 e 404

[15] Sobre o tema leia o ensaio “Estalinismo ou Socialismo”, de Victor Artavia, demonstra que as chamadas democracias populares do Leste Europeu (1945–1956) não foram “Estados operários deformados”, mas Estados burocráticos desde o início. A URSS ocupou a região com um projeto nacional-stalinista, mantendo frentes populares e alguma propriedade privada enquanto destruía toda auto-organização operária e impunha um sistema de pilhagem económica. Com a Guerra Fria, em 1948 ocorre a “virada decisiva”: partido único,

submissão total ao Kominform, golpes organizados desde cima (como em Praga), repressão ampla, expurgos e julgamentos farsescos. Somente após esmagar qualquer autonomia do proletariado, a burocracia realiza expropriações, coletivização forçada e nacionalizações, mas tudo conduzido por um aparato estatal que não expressava o poder dos trabalhadores. O resultado é um modelo de planejamento burocrático, voltado à acumulação da própria casta dirigente, com queda do nível de vida, produtivismo sem controle democrático e repressão permanente. Artavia conclui que identificar expropriação com ditadura do proletariado é uma visão objetivista: nas democracias populares, a expropriação gerou Estados burocráticos anticapitalistas, que bloquearam qualquer transição socialista e prepararam, décadas depois, a restauração capitalista. Leia o artigo na íntegra em <https://encurtador.com.br/QQPv>.

[16] Entre esses setores críticos destacaram-se, por um lado, a corrente de Tony Cliff, que passou a caracterizar a URSS e os novos Estados do pós-guerra como formas de capitalismo de Estado, sustentando que a burocracia funcionaria coletivamente como uma classe capitalista; e, por outro lado, a formulação do coletivismo burocrático, associada a autores como Max Shachtman, que defendiam que esses regimes configuraram um novo modo de produção, distinto tanto do capitalismo quanto do socialismo, baseado na dominação de uma nova classe burocrática exploradora. Apesar de apontarem corretamente o caráter burocrático e antidemocrático desses Estados, tais interpretações acabaram por minimizar ou negar os elementos progressivos contidos na quebra do poder burguês e na estatização dos meios de produção.

[17] Sobre las situaciones de la lucha de clases en nivel nacional e internacional.

[18] Sáenz, 2024, p.391.

[19] Sobre las situaciones de la lucha de clases en nivel nacional e internacional.

[20] Christian Rakovski. Os perigos

profissionais do poder. 1928.

[21] Leon Trotsky. Programa de transição.

[22] Sáenz, 2024, p.403

[23] Sobre las situaciones de la lucha de clases en nivel nacional e internacional. LIT-QL. 2024.

[24] Idem.

[25] Idem.

[26] É equivocado denominar como “revoluções de fevereiro” todos os processos do século XX que não deram lugar a ditaduras proletárias e transição ao socialismo, porque essa classificação ignora toda a especificidade e que tiveram motes, dinâmicas e alcances profundamente distintos. Ao reduzir a imensa diversidade histórica a uma categoria baseada na “ausência” de classe operária, direção revolucionária e organismos de poder, cria-se uma tipologia política reducionista que estabelece como semelhantes todo e qualquer processo que não tenha o protagonismo da classe operária e dos partidos revolucionários. Por outro lado, na Rússia de 1917, fevereiro e outubro não foram duas revoluções distintas, mas etapas de um único processo revolucionário contínuo, o que torna ainda mais artificial a utilização de “fevereiro” como categoria classificatória geral de processos revolucionários sem subjetividade operária e socialista.

[27] Sobre las situaciones de la lucha de clases en nivel nacional e internacional.

[28] Idem

[29] Idem.

[30] Idem.

[31] Idem.

[32] Idem.

[33] Idem.

[34] O programa e a revolução: Uma polêmica com a FT (Fração Trotskista).

[35] Idem.

[36] Moreno e o morenismo: um debate com o MRT e a Fração Trotskista.

[37] Sobre como o trotskismo processou as revoluções do pós-guerra um texto fundamental da corrente Socialismo ou Barbárie (SOB) é o Notas sobre a teoria da revolução permanente. Este é um texto seminal e fundacional da corrente SOB de 20 anos atrás que já colocava em grande parte as teses que se desenvolveram em textos posteriores. O texto analisa as polêmicas dentro do movimento trotskista após a morte de Trotsky, destacando que a fundação da IV Internacional teve um papel histórico essencial de preservação do marxismo revolucionário diante do avanço do stalinismo. Porém, após a Segunda Guerra muitas previsões de Trotsky não se concretizaram: não houve revoluções operárias na Europa, o stalinismo se fortaleceu com a vitória sobre o nazismo, o capitalismo entrou em boom econômico e o centro das lutas revolucionárias deslocou-se para a periferia do sistema. Isso levou a crises internas no interior da IV Internacional. As correntes “antidefensivas” (Schachtman) passaram a ver a URSS como uma forma de barbárie burocrática e a negar sua defesa contra o imperialismo, posição criticada por perder o critério marxista de distinguir opressor e oprimido. A corrente de Tony Cliff definiu URSS e os Estados do pós-guerra como “capitalismos de Estado” e as revoluções como “burguesas”, apagando o caráter anti-imperialista e não-capitalista desses processos e igualando países imperialistas e semicoloniais. O pablomandelismo, por outro lado, superestimou o caráter socialista das revoluções do pós-guerra e atribuiu natureza revolucionária às direções stalinistas e nacionalistas, resultando em uma estrutural adaptação política; Mandel também teria mistificado a economia soviética e definido erroneamente a

burocracia como “proletária”. Mas, o texto valoriza autores, como Pierre Naville, que contestam essa visão, afirmando a continuidade da lei do valor e a exploração burocrática sobre o proletariado. O texto encerra criticando o morenismo pela sua teorização “objetivista” que classificava as revoluções do pós-guerra como “operárias e socialistas” sem sujeito operário consciente, fator que teria contribuído para sua crise no final dos anos 1980. E por fim, critica o PTS (partido argentino da mesma corrente que o MRT brasileiro) por realizar uma crítica “insubstancial” ao morenismo que mantém intactas as mesmas bases objetivistas e as premissas teórico-programáticas do trotskismo do pós-guerra que pretende questionar. O PTS aceita como correta a ideia de que revoluções anticapitalistas, mesmo sem direção operária e sem ação consciente da classe trabalhadora, podem ter sido “objetivamente socialistas” e ter gerado “Estados operários deformados”. Recorre à noção de “excepcionalidade” do período 1943-48, mas é incapaz de explicar como teria ocorrido uma transição socialista sem ditadura proletária nem organismos de autodeterminação das massas. Assim, ao não revisar criticamente o legado do trotskismo do pós-guerra, reproduz o mesmo objetivismo que pretende superar e atribui à burocracia stalinista um papel de condução “à sua maneira” da revolução socialista. Leia este ensaio na íntegra em <https://encurtador.com.br/OSXR>.

[38] Veja o extenso ensaio Las revoluciones de pós-guerra y el movimiento trotskista em Notas sobre la teoría de la revolución permanente. Revista Socialismo o Barbarie nº 17-17, 2004. Disponível em português em <https://encurtador.com.br/OSXR>

[39] Os dilemas da LIT-QI em sua autocrítica a Nahuel Moreno e a atualidade da revolução permanente.

[40] Os perigos profissionais do poder é uma elaboração prodigiosa de Christian Rakovsky ainda no final dos anos 20 do século passado. Essa elaboração é retomada e aprofundada por Roberto Sáenz como parte de uma imensa revisão crítica de vários outros autores marxistas na obra Marxismo y la transición socialista.

Referências:

ALMEIDA, Eduardo; OPPEN, Florence; BOSCO, Fábio. *O programa e a revolução: uma polêmica com a FT (Fração Trotskista)*, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/FPiA>

_____. *O Programa e a revolução: Uma polêmica com a FT (Fração Trotskista)*, 2025. Disponível em: https://litci.org/pt/2025/08/28/o-programa-e-a-revolucao-uma-polemica-com-a-ft-fracao-trotskista/?utm_source=copypink&utm_medium=browser

ARTAVIA, Victor. *Estalinismo ou socialismo – as democracias populares da Europa Oriental*, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qPUI>

LIT. *Sobre las situaciones de la lucha de clases en nivel nacional e internacional*, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/KNIK>

PARIS, Danilo. *Os dilemas da LIT-QI em sua autocrítica a Nahuel Moreno e a atualidade da revolução permanente*, 2025 Disponível em: <https://encurtador.com.br/BueJ>

RAMÍREZ, Roberto. *Sobre la naturaleza de las revoluciones de posguerra y los estados "socialistas". Revista Socialismo o Barbarie*, 2008. Disponível em português em <https://encurtador.com.br/BZtL>

RAKOVSKY, Christian. *Os perigos profissionais do poder*, 1928 Disponível em: <https://encurtador.com.br/mpX>

SÁENZ, Roberto. *El marxismo y la transición socialista. Tomo I: Estado, poder y burocracia*. ISQWEB, 2024.

_____. *Notas sobre la teoría de la revolución permanente. Revista Socialismo o Barbarie nº 17-18*, 2004. Disponível em português em <https://encurtador.com.br/OSXR>

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. Kairós, 1985.

_____. *Aonde vai a França?* Editora Desafio, 1994.

_____. *Historia de la Revolución Rusa*. Lerner, 1985.

_____. *Lecciones de octubre: ¿Qué fue la Revolución Rusa?* El Yunque, 1975.

_____. *O programa de transição*. Editora Sundermann, 2017.



**CONHEÇA E SE ORGANIZE COM A
JUVENTUDE ANTICAPITALISTA JÁ BASTA!**

**Venha construir uma juventude revolucionária
independente dos patrões, governos e burocracias!**

Entre em contato! (19) 99794-1012 Maria



@ja.basta @esquerdaweb

esquerdaweb.com.br